



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**



**PROCESSO** 10882.905495/2018-78

**ACÓRDÃO** 1101-001.940 – 1<sup>a</sup> SEÇÃO/1<sup>a</sup> CÂMARA/1<sup>a</sup> TURMA ORDINÁRIA

**SESSÃO DE** 19 de novembro de 2025

**RECURSO** VOLUNTÁRIO

**RECORRENTE** EBAZAR.COM.BR LTDA

**RECORRIDA** FAZENDA NACIONAL

**Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL**

Ano-calendário: 2017

COMPENSAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA DA EXISTÊNCIA DE PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR.

Não demonstrado, pelo interessado, que foi erroneamente preenchida a DCTF que serviu de base à decisão pela não homologação da compensação, deve ser mantido o Despacho Decisório proferido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto do Relator.

*Assinado Digitalmente*

**Jeferson Teodorovicz** – Relator

*Assinado Digitalmente*

**Efigênio de Freitas Júnior** – Presidente

Participaram da sessão de julgamento os julgadores Roney Sandro Freire Correa, Jeferson Teodorovicz, Edmilson Borges Gomes, Diljesse de Moura Pessoa de Vasconcelos Filho, Rycardo Henrique Magalhães de Oliveira e Efigênio de Freitas Júnior (Presidente).

## RELATÓRIO

Trata-se de recurso voluntário, efls. 84/97, contra acórdão da DRJ, efls. 67/69, que julgou improcedente manifestação de inconformidade (efls.09/10), contra despacho decisório, efls. 59/64, que não homologou/homologou parcialmente pedido de compensação lastreada em saldo negativo de CSLL, referente ao ano calendário de 2017.

Para síntese dos fatos, reproduzo o relatório do acórdão recorrido:

O presente processo trata de Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório com número de comunicação 2587155, emitido eletronicamente em 18/02/2019, referente ao crédito demonstrado no PER/DCOMP nº 38449.62231.250618.1.3.04-6066. Trata-se de suposto crédito de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, oriundo de pagamento indevido ou a maior, cujo DARF apresenta as seguintes características:

PERÍODO DE APURAÇÃO	CÓDIGO DE RECEITA	VALOR TOTAL DO DARF	DATA DE ARRECADAÇÃO
30/06/2017	2484	1.148.905,00	31/07/2017

De acordo com o Despacho Decisório citado, a partir das características do DARF descrito no PER/DCOMP, o valor do crédito já teria sido integralmente utilizado. Como enquadramento legal são citados os seguintes dispositivos: arts. 165, 168 e 170 da Lei nº 5.172, de 1966 (Código Tributário Nacional – CTN); art. 74 da Lei nº 9.430, de 1996.

O interessado tomou ciência do Despacho Decisório em 19/02/2019 e, em 19/03/2019, apresentou manifestação de inconformidade onde alega, em síntese, que o valor pago estava associado à CSLL devida informada na DCTF original do mês de junho de 2017, mas que a DCTF foi retificada, o que gerou o pagamento indevido. É o relatório.

Nada obstante, a DRJ julgou improcedente a manifestação de inconformidade, conforme entendimento manifestado no voto condutor abaixo:

Pelo exame dos autos e por pesquisas realizadas aos sistemas informatizados da RFB, observa-se que o contribuinte apresentou DCTF original relativa ao período de 06/2017 em 21/08/2017, indicando débito de CSLL (código de receita 2484) no valor de R\$ 1.148.905,00 (vinculado a pagamento); posteriormente, em 22/01/2019, apresentou DCTF retificadora alterando o débito para R\$ 0,00.

Na sequência, foi apresentada outra DCTF retificadora em 08/06/2020 indicando débito de R\$ 1,00 e, finalmente, uma última DCTF retificadora – que se encontra ativa –, voltando a indicar um débito de CSLL no valor de R\$ 1.148.905,00 (vinculado a pagamento).

Ou seja: o valor que o contribuinte alega se caracterizar como pagamento indevido - face à retificação da DCTF procedida em 22/01/2019 - encontra-

se vinculado a débito confessado pelo próprio contribuinte na última DCTF retificadora apresentada. Logo, não há que se falar em pagamento indevido.

Em face do exposto, VOTO por julgar IMPROCEDENTE a manifestação de inconformidade apresentada.

Devidamente cientificado em 18/11/2022 (efls.81), o recorrente apresenta recurso voluntário em 15/12/2022, contra a decisão recorrida, repisando e reforçando os argumentos já expostos na manifestação de inconformidade, para requerer:

24. A Recorrente pede a nulidade do acórdão recorrido por ofensa aos arts. 31 e 59, II, do Decreto nº 70.235/1972. No entanto, caso esse Conselho entenda que o mérito possa ser decidido em favor da Recorrente, ela requer, nos termos do art. 59, § 3º, do Decreto nº 70.235/1972, que a nulidade não seja pronunciada.

25. Na hipótese desse Conselho entender que a nulidade do acórdão recorrido não deve ser proclamada, a Recorrente pleiteia que esse CARF dê provimento ao Recurso Voluntário, reforme o acórdão recorrido, reconheça os créditos e homologue as compensações, pois:

(a) diferentemente do que alega a DRJ, a DCTF relativa a junho de 2017 foi retificada para deixar de indicar a existência de débito de estimativa mensal de CSLL, o que é permitido segundo o Parecer Normativo nº 2/2015; e

(b) mesmo que se entenda que não houve retificação de DCTF, a Recorrente provou a existência do crédito por outros meios.

Após, os autos foram encaminhados ao CARF, para apreciação e julgamento.

É o relatório.

## VOTO

Conselheiro **Jeferson Teodorovicz**, Relator

O recurso voluntário é tempestivo e dele tomo conhecimento.

Conforme relatado, na origem se trata de crédito de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, oriundo de pagamento indevido ou a maior, veiculado no PER/DCOMP nº 38449.62231.250618.1.3.04-6066.

Do despacho decisório (fls. 59-64), verifica-se que o crédito pleiteado foi alocado à débito:

**3-FUNDAMENTAÇÃO, DECISÃO E ENQUADRAMENTO LEGAL**

O crédito em análise corresponde ao valor necessário para compensação dos débitos declarados.

Valor do crédito em análise: R\$ 1.148.905,00  
Valor do crédito reconhecido: R\$ 0,00

Características do DARF discriminado no PER/DCOMP

Período de apuração	Código de receita	Valor total do DARF	Data de arrecadação
30/06/2017	2484	1.148.905,00	31/07/2017

A partir do DARF informado para os PER/DCOMP objeto dessa análise, foram localizados um ou mais pagamentos, com a seguinte utilização:

Qt.pag.	Valor total	Alocação a débito	Utilização Processo	Utilização PER/DCOMP	Parcelamento Especial	Utilização total	Saldo disponível
1	1.148.905,00	1.148.905,00	0,00	0,00	0,00	1.148.905,00	0,00

Concluída a análise do direito creditório, chegou-se à seguinte decisão:

Dante do exposto, NÃO HOMOLOGO a compensação declarada no(s) seguinte(s) PER/DCOMP:  
38449.62231.250618.1.3.04-6066 02631.30132.250718.1.3.04-4601

Valor devedor consolidado, correspondente aos débitos indevidamente compensados, para pagamento até 28/02/2019.

PRINCIPAL	MULTA	JUROS
1.232.879,84	246.575,95	50.814,14

Além do exposto acima, informações complementares sobre a análise de crédito e relação de valores devedores compõem o despacho decisório. Para contribuintes optantes pelo domicílio tributário eletrônico (DTE) essas informações são apresentadas na sequência. Para contribuintes não optantes pelo DTE, consultar o despacho decisório completo no e-CAC, no endereço [receita.economia.gov.br](http://receita.economia.gov.br), assunto "Restituição e Compensação", item "Consulta Despacho Decisório PER/DCOMP", mesmo endereço onde poderão ser emitidos por todos os contribuintes os DARF para pagamento dos valores devedores.

**Base legal:** Arts. 165, 168 e 170 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN). Art. 74 da Lei nº 9.430, de 1996.

## 2.1 - Pagamentos localizados para o DARF informado

### DARF INFORMADO NO PER/DCOMP

DATA DE ARRECADAÇÃO	PERÍODO DE APURAÇÃO	CÓDIGO DA RECEITA	DATA DE VENCIMENTO	Nº DE REFERÊNCIA	Principal	Multa	Juros	VALOR TOTAL
31/07/2017	30/06/2017	2484	31/07/2017		R\$ 1.148.905,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.148.905,00

### PAGAMENTOS LOCALIZADOS PARA O DARF INFORMADO

DATA DE ARRECADAÇÃO	PERÍODO DE APURAÇÃO	CÓDIGO DA RECEITA	DATA DE VENCIMENTO	Nº DE REFERÊNCIA	Principal	Multa	Juros	VALOR TOTAL	Nº DO PAGAMENTO
31/07/2017	30/06/2017	2484	31/07/2017		R\$ 1.148.905,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.148.905,00	806500254

Ainda conforme relatado, a DRJ indicou que foram apresentadas sucessivas DCTFs (original e retificadoras), entretanto na última apresentada foi indicada a existência de débito de CSLL ao qual o DARF indicado como pagamento indevido foi alocado.

Em seu recurso voluntário, a Recorrente sustenta preliminarmente a nulidade do acórdão da DRJ, haja vista que esta não teria analisado as provas apresentadas.

Com o devido acatamento ao quanto defendido pela Recorrente, não há que se falar em nulidade, embora a DRJ não tenha referenciado expressamente os documentos juntados aos autos, isto não significa que eles não tenham sido analisados, principalmente no caso concreto em que a Manifestação de Inconformidade não menciona as DCTFs retificadoras apresentadas em 2020 que contrariariam suas alegações.

Evidentemente que a declaração do débito na DCTF gera presunção relativa que pode ser afastada pelo contribuinte, munido de lastro probatório apto a comprovar seu direito creditório, conforme ilustra o acórdão 1201-004.745:

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA (IRPJ) Exercício: 2003  
IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ. ERRO DE FATO.  
PER/DCOMP. RETIFICAÇÃO.**

Comprovado o erro de fato no preenchimento do pedido de resarcimento e compensação PER/DCOMP, é admissível sua retificação, independentemente de ter ou não havido apreciação do direito creditório pela Administração Tributária.

**DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO (DCOMP). PROVA. DIPJ RETIFICADORA.**

O contribuinte tem o ônus de provar o direito creditório alegado sob pena de não homologação da compensação realizada. A transmissão de DIPJ retificadora que

confirmaria o saldo negativo indicado na Dcomp como origem do pagamento indevido não comprova o direito creditório alegado, sendo necessária a apresentação de escrituração contábil e documentos idôneos que corroborem as alegações expedidas pela contribuinte. A declaração de compensação é o instrumento pelo qual o contribuinte realiza a compensação pretendida. Não pode ser considerado equivocado o despacho decisório que recaiu exatamente sobre o ano-calendário correspondente ao saldo negativo indicado na Dcomp.

PEDIDO POR JUNTADA DE PROVAS.

Indefere-se o pedido para juntada de provas após o oferecimento da impugnação, em observância ao disposto no artigo 16 do Decreto nº 70.235, de 1972, principalmente se a impugnante não informou quais provas pretende juntar e o que pretende especificamente provar com elas.

Nesse sentido, também, o Parecer Normativo COSIT n.2/2015, ao reconhecer a necessidade de munir a transmissão da DCTF retificadora com elementos probatórios que possam permitir o reconhecimento do direito creditório alegado pelo contribuinte:

Assunto. NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO.

**RETIFICAÇÃO DA DCTF DEPOIS DA TRANSMISSÃO DO PER/DCOMP E CIÊNCIA DO DESPACHO DECISÓRIO. POSSIBILIDADE. IMPRESCINDIBILIDADE DA RETIFICAÇÃO DA DCTF PARA COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR.**

As informações declaradas em DCTF – original ou retificadora – que confirmam disponibilidade de direito creditório utilizado em PER/DOMP, podem tornar o crédito apto a ser objeto de PER/DOMP desde que não sejam diferentes das informações prestadas à RFB em outras declarações, tais como DIPJ e Dacon, por força do disposto no§ 6º do art. 9º da IN RFB nº 1.110, de 2010, sem prejuízo, no caso concreto, da competência da autoridade fiscal para analisar outras questões ou documentos com o fim de decidir sobre o indébito tributário.

Não há impedimento para que a DCTF seja retificada depois de apresentado o PER/DOMP que utiliza como crédito pagamento inteiramente alocado na DCTF original, ainda que a retificação se dê depois do indeferimento do pedido ou da não homologação da compensação, respeitadas as restrições impostas pela IN RFB nº 1.110, de 2010.

Retificada a DCTF depois do despacho decisório, e apresentada manifestação de inconformidade tempestiva contra o indeferimento do PER ou contra a não homologação da DCOMP, a DRJ poderá baixar em diligência à DRF. Caso se refira apenas a erro de fato, e a revisão do despacho decisório implique o deferimento integral daquele crédito (ou homologação integral da DCOMP), cabe à DRF assim proceder. Caso haja questão de direito a ser decidida ou a revisão seja parcial, compete ao órgão julgador administrativo decidir a lide, sem prejuízo de renúncia à instância administrativa por parte do sujeito passivo.

O procedimento de retificação de DCTF suspenso para análise por parte da RFB, conforme art. 9º-A da IN RFB nº 1.110, de 2010, e que tenha sido objeto de PER/DOMP, deve ser considerado no julgamento referente ao indeferimento/não homologação do PER/DOMP. Caso o procedimento de retificação de DCTF se encerre com a sua homologação, o julgamento referente ao direito creditório cuja lide tenha o mesmo objeto fica prejudicado, devendo o processo ser baixado para a revisão do despacho decisório. Caso o procedimento

de retificação de DCTF se encerre com a não homologação de sua retificação, o processo do recurso contra tal ato administrativo deve, por continência, ser apensado ao processo administrativo fiscal referente ao direito creditório, cabendo à DRJ analisar toda a lide. Não ocorrendo recurso contra a não homologação da retificação da DCTF, a autoridade administrativa deve comunicar o resultado de sua análise à DRJ para que essa informação seja considerada na análise da manifestação de inconformidade contra o indeferimento/não-homologação do PER/DCOMP.

A não retificação da DCTF pelo sujeito passivo impedido de fazê-la em decorrência de alguma restrição contida na IN RFB nº 1.110, de 2010, não impede que o crédito informado em PER/DCOMP, e ainda não decaído, seja comprovado por outros meios. O valor objeto de PER/DCOMP indeferido/não homologado, que venha a se tornar disponível depois de retificada a DCTF, não poderá ser objeto de nova compensação, por força da vedação contida no inciso VI do § 3º do art. 74 da Lei nº 9.430, de 1996.

Retificada a DCTF e sendo intempestiva a manifestação de inconformidade, a análise do pedido de revisão de ofício do PER/DCOMP compete à autoridade administrativa de jurisdição do sujeito passivo, observadas as restrições do Parecer Normativo nº 8, de 3 de setembro de 2014, itens 46 a 53. Dispositivos Legais. arts. 147, 150, 165 170 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN); arts. 348 e 353 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (CPC); art. 5º do Decreto-lei nº 2.124, de 13 de junho de 1984; art. 18 da MP nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001; arts. 73 e 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Instrução Normativa RFB nº 1.110, de 24 de dezembro de 2010; Instrução Normativa RFB nº 1.300, de 20 de novembro de 2012; Parecer Normativo RFB nº 8, de 3 de setembro de 2014. e-processo 11170.720001/2014-42

Neste sentido, não é o mero preenchimento da Declaração acessória que será capaz de garantir ou não o crédito pleiteado, mas o acervo probatório produzido pelo contribuinte.

No caso, a Recorrente sustenta que diferentemente do quanto indicado pela DRJ, as provas apresentadas pela Recorrente indicam que, diferentemente do que alega a DRJ, sua DCTF foi retificada e que não existem débitos de CSLL relativos a junho de 2017.

Contudo, tal afirmação não merece guarida, pois a última DCTF mencionada pela Recorrente somente foi transmitida em 02 de dezembro de 2022 (fls. 140):

**DADOS DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA**

Nome: RICARDO LAGRECA SIQUEIRA  
 CPF: 149.094.518-03  
 Telefone: ( ) Ramal:  
 Correio Eletrônico:

**Essa declaração foi assinada com o certificado digital do NI 03.007.331/0001-41**

**Atenção! Para retificar esta declaração será exigido este número de recibo:  
 05.54.67.58.66-64**

**Versão: 3.60**

**Declaração recebida via Internet  
 pelo Agente Receptor SERPRO  
 em 02/12/2022 às 08:44:51**

**0859311749**

**05.54.67.58.66**

De sua parte, o julgamento da DRJ foi realizado em 04 de agosto de 2022:

DJ DRJ01 DF

Fl. 67



# Receita Federal

Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil 01

**PROCESSO** 10882.905495/2018-78

**ACÓRDÃO** 101-016.882 – 4ª TURMA/DRJ01

**SESSÃO DE** 4 de agosto de 2022

**INTERESSADO** EBAZAR.COM.BR LTDA

**CNPJ/CPF** 03.007.331/0001-41

Assim, não há que se falar em contradição na fundamentação da DRJ, quando há inovação na apresentação de documentos fiscais.

Nada obstante, a questão de fundo é a existência ou não de provas que corroborem o crédito pleiteado, mormente, as sucessivas alterações nas DCTFs, nos termos do Parecer Normativo 2/2015 e na Súmula CARF n. 164.

No caso, a Recorrente não indica quais os fatos que motivaram a retificação da DCTF, tampouco documentos que corroborassem esse posicionamento. A mera apresentação de um balanço (Informe de la provisión subconsolidada (fls. 23) sem outros documentos que a corroborem não é por si suficiente a justificar o crédito pleiteado.

Assim, diante da insuficiência probatória, entendo deva ser mantida a decisão da DRJ que entendeu pelo acerto do despacho decisório que denegou o crédito pleiteado.

Diante do exposto, nego provimento ao recurso voluntário, mantendo na íntegra a decisão recorrida.

É como voto.

*Assinado Digitalmente*

**Jeferson Teodorovicz**